

## Editorial



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

### A inflação

O primeiro-ministro António Costa anunciou no debate do Estado da Nação que o seu governo vai criar um pacote de apoio às famílias e às empresas para ajudar a combater os efeitos da inflação que, afinal, vai durar mais tempo do que os mediocres líderes europeus, incluindo Costa, previam.

A inflação no país está quase nos 9% e nos Açores já ultrapassa os 6%.

Quer isto dizer, basicamente, que quando um trabalhador, com o ordenado mínimo, chegar ao final do ano, terá perdido um salário.

Em todas as ilhas é notório o galopante aumento dos preços e isto representa uma forte perda de poder de compra para as famílias e um aumento da receita fiscal para o Estado.

Perante este cenário o Governo dos Açores já devia ter actuado, antecipando o impacto deste problema junto das famílias e empresas, em vez de empurrar o problema para a frente.

Falta agir, em vez de reagir...

O Presidente do Governo veio com o argumento de que a baixa de impostos, promovida em 2020, já era uma medida de combate à inflação.

Nada mais enganador. A inflação em 2020 era praticamente inexistente, ficando por uns míseros 0,12%.

É urgente o Governo Regional enfrentar com rigor este problema, que se vai agravar com o aumento das taxas de juro anunciado ontem e com a receita de austeridade que Bruxelas já está a preparar para os próximos tempos, a começar pela anunciada poupança de gás.

Só os políticos que não vão ao supermercado e não enchem o depósito dos seus carros é que não estão preocupados com o quadro económico que enfrentamos.

Para eles temos uma receita que nunca falha: ouçam mais as famílias e menos os assessores.

# Açores no Top 10 das regiões com o preço mais alto dos alojamentos familiares

Os Açores são a 10ª região de 25 do país com os preços mais altos por metro quadrado nos alojamentos familiares.

A conclusão é do INE, que acaba de publicar a Estatística de Preços da Habitação ao Nível Local.

No 1º trimestre de 2022, o preço mediano de alojamentos familiares transaccionados em Portugal foi 1 454 euros/m<sup>2</sup>, enquanto nos Açores foi de 1 022 euros, ficando em 6º lugar abaixo da média do país.

O valor mediano português representa um crescimento de 7,3% face ao 4º trimestre de 2021 e de 17,2% relativamente ao 1º trimestre de 2021. Registe-se que esta última taxa foi superior à observada no 4º trimestre de 2021 que se situou em 14,1%.

### Preços medianos superiores ao país

No período em análise, o Algarve e a Área Metropolitana do Porto registaram, simultaneamente, valores medianos de habitação (2 237 euros/m<sup>2</sup> e 1 555 euros/m<sup>2</sup>, respetivamente) e taxas de variação homóloga (+22,0% e +17,4%) superiores ao do país (1 454 euros/m<sup>2</sup> e +17,2%).

Para além destas duas sub-regiões, também a Área Metropolitana de Lisboa (1 986 euros/m<sup>2</sup>) e a Região Autónoma da Madeira (1 586 euros/m<sup>2</sup>) registaram preços medianos superiores ao país, apresentando, contudo, crescimentos homólogos (+16,4% e +14,2%) inferiores à referência nacional.

O Alto Alentejo (-5,1%), Lezíria do Tejo (-0,6%) e a Beira Baixa (-0,5%) registaram uma diminuição homóloga dos preços da habitação no 1º trimestre de 2022.

O Alto Alentejo apresentou também o menor preço mediano de venda de alojamentos familiares (500 euros/m<sup>2</sup>).

Figura 1. Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares, Portugal e NUTS III, 1ºT 2021 e 1ºT 2022



mentos familiares (500 euros/m<sup>2</sup>).

Na generalidade das sub-regiões verificaram-se preços medianos da habitação mais elevados em transações cujo comprador pertence ao sector institucional famílias com a excepção da Região Autónoma da Madeira.

Os Açores mantiveram o décimo lugar das 25 regiões.

## BE acusa governo de deixar na “gaveta” medidas para combater a inflação

“É com perplexidade que vemos que o Governo só agora começa a acordar para este problema” da inflação e do aumento do custo de vida, quando tem um conjunto de medidas aprovadas por unanimidade no parlamento dos Açores em Abril, por iniciativa do Bloco de Esquerda, mas que o Governo prefere deixar “na gaveta”, disse António Lima, em declarações no âmbito de uma visita à ilha de São Jorge.

O líder do Bloco de Esquerda reagiu com surpresa às declarações de Bolieiro que adiou para a próxima semana a eventual apresentação de medidas para atenuar os efeitos da inflação.

“O Governo está mais uma vez a reboque daquilo que vamos dizendo. Agora já vai falando do aumento do custo de vida, mas não apresenta absolutamente nada, remetendo para a concertação social a aplicação de eventuais medidas que não sabemos quais são”, disse o deputado

do Bloco de Esquerda.

António Lima salienta que as famílias estão preocupadas porque têm “cada vez menos dinheiro na carteira ao fim do mês”, e lamenta que o Governo não pareça estar preocupado com esta situação.

Em declarações aos jornalistas, António Lima lembrou que o Parlamento aprovou em abril uma proposta do Bloco de Esquerda que previa o aumento de salários na Administração Pública através da remuneração complementar, o aumento dos apoios sociais e a regulação de preços através da fixação de margens máximas de comercialização.

“São medidas que o Governo pode aplicar já, e que já devia ter aplicada há algum tempo”, disse o deputado do Bloco, acrescentando a estas já aprovadas no Parlamento, mais uma proposta que o Bloco vai apresentar: o aumento do complemento regional ao salário mínimo de 5% para

7,5%.

Sobre as recentes declarações do Presidente do Governo Regional, que apontou a redução de impostos ocorrida em 2020 nos Açores como uma medida de combate à inflação, António Lima salienta que José Manuel Bolieiro não pode dizer que uma medida aprovada em 2020 tem alguma coisa a ver com a compensação dos efeitos da inflação que está a ocorrer em 2022. “O Presidente do Governo não é propriamente vidente, e em 2020 não sabia que haveria este aumento da inflação em 2022”, disse o deputado. “Além disso, aquilo a que o Governo chama de redução de impostos não se aplica à grande maioria das famílias com rendimentos mais baixos. No caso do IRS, a redução aplicou-se apenas aos rendimentos mais elevados. As pessoas que têm rendimentos baixos e médios não sentiram esta redução”, destacou António Lima.